

FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA
CONTINUING EDUCATION FOR PUBLIC SCHOOL TEACHERS
EDUCACIÓN CONTINUA PARA DOCENTES DE ESCUELAS PÚBLICAS

 <https://doi.org/10.56238/sevened2025.038-055>

Larrey Setimi de Castro

Especialista em Gestão de Saúde

Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

E-mail: larreysetimidecastro@gmail.com

Orcid: 0009-0006-4194-574X

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8128208551287326>

Marilena Fernandes Ribeiro

Especialização em Educação Especial e Inclusiva

Instituição: Centro Universitário Internacional (UNINTER)

E-mail: marilenafernandesrr@hotmail.com

ABSTRACT

O presente artigo tem por objetivo discutir os principais desafios e possibilidades relacionados à formação continuada de professores da rede pública, destacando políticas públicas, práticas formativas e a importância do engajamento docente nesse processo. A metodologia se trata de uma pesquisa bibliográfica de abordagem descritiva e exploratória. Os resultados mostraram que a formação continuada de professores da rede pública é um desafio complexo, mas fundamental para a construção de uma educação de qualidade. Garantir condições adequadas para que os professores possam participar de formações relevantes, conectadas à sua realidade, é um compromisso que deve ser assumido por gestores, políticas públicas e pela sociedade em geral. Nesse sentido, concluiu-se que superar as dificuldades estruturais e valorizar o desenvolvimento profissional dos professores são caminhos necessários para transformar a educação pública em um espaço de aprendizagem mais efetivo e humanizador.

Keywords: Desenvolvimento Profissional. Formação Continuada. Políticas Públicas.

RESUMO

This article aims to discuss the main challenges and possibilities related to the continuing education of public school teachers, highlighting public policies, training practices and the importance of teacher engagement in this process. The methodology is a bibliographical research with a descriptive and exploratory approach. The results showed that the continuing education of public school teachers is a complex challenge, but essential for the construction of quality education. Ensuring adequate conditions so that teachers can participate in relevant training, connected to their reality, is a commitment that must be assumed by managers, public policies and society in general. In this sense, it was concluded that overcoming structural difficulties and valuing the professional development of teachers are necessary paths to transform public education into a more effective and humanizing learning space.

Palavras-chave: Professional Development. Continuing Education. Public Policies.

RESUMEN

Este artículo busca discutir los principales desafíos y posibilidades relacionados con la formación continua del profesorado de escuelas públicas, destacando las políticas públicas, las prácticas de formación y la importancia de la participación docente en este proceso. La metodología es una investigación bibliográfica descriptiva y exploratoria. Los resultados muestran que la formación continua del profesorado de escuelas públicas es un desafío complejo pero fundamental para construir una educación de calidad. Garantizar las condiciones adecuadas para que el profesorado participe en una formación pertinente y acorde con su realidad es un compromiso que debe ser asumido por los gestores, las políticas públicas y la sociedad en general. En este sentido, se concluye que superar las dificultades estructurales y valorar el desarrollo profesional docente son caminos necesarios para transformar la educación pública en un espacio de aprendizaje más eficaz y humanizador.

Palabras clave: Desarrollo Profesional. Formación Continua. Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

A formação continuada de professores da rede pública tem sido um elemento fundamental para a melhoria da qualidade da educação no Brasil. Em um cenário de constantes mudanças sociais, culturais e tecnológicas, é essencial que os professores estejam em permanente atualização, aprimorando suas práticas pedagógicas e acompanhando as novas demandas educacionais. Segundo Gatti (2019), a formação continuada precisa ser vista como um processo sistemático e articulado com as reais necessidades do contexto escolar, contribuindo para a valorização profissional e para a aprendizagem dos estudantes.

No que se trata da formação inicial e continuada (FIC) ou qualificação profissional conforme dados do MEC, são organizados para preparar para a vida produtiva e social, promovendo a inserção e reinserção de jovens e trabalhadores no mundo do trabalho. Isso inclui cursos de capacitação profissional, aperfeiçoamento e atualização profissional de trabalhadores em todos os níveis de escolaridade. Abrange cursos especiais, de livre oferta, abertos à comunidade, além de cursos de qualificação profissional integrados aos itinerários formativos do sistema educacional.

No Brasil, a partir dos anos 90, a política de intervenção do estado na educação, implementada através de reformas educativas consubstanciadas na nova lei de diretrizes e bases da educação nacional (de nº 9394/96), tem proposto a implantação de estruturas mais participativas e a descentralização de certos níveis de decisão. O intuito é que com a racionalização e o controle no uso dos recursos públicos, se alcance maior eficiência e produtividade.

Observa-se que todas as discussões e desafios no que tange a formação de professores e suas perspectivas para o século XXI, tem feito com que muitos especialistas deem uma atenção maior ao processo de formação inicial e continuada dos professores, pois este processo precisa ser repensado mediante às novas exigências político-culturais para um novo perfil dos profissionais de ensino (Kuenser, 2011). Além disso, a estreiteza das práticas de pesquisas tem sido algo preocupante neste âmbito.

A formação continuada de professores da rede pública, apesar de reconhecida como um fator essencial para a melhoria da qualidade da educação, ainda enfrenta diversos obstáculos em sua efetivação. Diante dessa realidade, surge o seguinte problema de pesquisa: Quais os principais desafios e possibilidades relacionados à formação continuada de professores da rede pública?

A escolha por abordar a temática da formação continuada de professores da rede pública justifica-se pela sua relevância no contexto educacional brasileiro. Investir na formação permanente

dos docentes é um dos caminhos mais eficazes para garantir uma educação de qualidade, capaz de atender às demandas sociais e promover o desenvolvimento integral dos alunos.

O presente artigo tem por objetivo discutir os principais desafios e possibilidades relacionados à formação continuada de professores da rede pública, destacando políticas públicas, práticas formativas e a importância do engajamento docente nesse processo. A metodologia se trata de uma pesquisa bibliográfica de abordagem descritiva e exploratória.

2 O CAMPO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Apesar do amplo debate que já vem ocorrendo no Brasil nos últimos trinta anos sobre a formação de professores para o ensino médio, esta questão continua longe de ser enfrentada adequadamente, ao se pretender mudar uma realidade que vem se arrastando há décadas. Entre as muitas divergências, há pelo menos alguns aspectos sobre os quais há consenso: a escassez de professores, notadamente em algumas áreas e regiões, a insuficiência e a inadequação das políticas e das propostas para esta formação e seus severos impactos sobre a qualidade de ensino.

Recentemente, o acesso às etapas da Educação Básica foi contemplado na Lei 13.005/2014, que aprovou o PNE para o decênio 2014-2024. Ao Ensino Médio, destaca-se, na meta 3, oportunizar até 2024 a 85% dos jovens pertencentes ao grupo de idade 15 a 17 anos a matrícula no Ensino Médio, etapa escolar adequada à mencionada faixa etária. O proposto justifica-se quando se constata que aproximadamente 4,3 milhões de jovens pertencentes ao grupo de 15 a 17 anos não estavam matriculados no Ensino Médio em 2015. Revela, de um lado, a sistemática negação do acesso e da permanência no Ensino Médio; e, por outro lado, o desafio dos entes federados para levar a cabo o que esta meta do PNE fixa para o atendimento até 2024 (Brasil, 2014).

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal (BRASIL, 1996). Tal compreensão se amplia quando se considera, entre outros fatores, segundo Kuenzer (2011, p. 671), “a desigualdade da distribuição da qualificação entre as disciplinas, fato que vem sendo reiteradamente apontado nas últimas décadas. Assim, apenas 53% dos professores que atuam no ensino médio têm formação compatível com a disciplina que lecionam”.

Em seu livro, Silva Jr. et al. (2020) enfatiza que a necessidade de profissionalização dos professores é hoje um dado inquestionável. A incerteza se coloca, porém, quando se pergunta sobre a

capacidade de atuação dos professores universitários como formadores dos professores para a educação básica.

Admitidas as limitações de uma formação profissional para a educação básica apoiada apenas nos padrões e nas formas tipicamente universitárias, a participação de formadores oriundos da educação básica tornou-se indispensável para um processo integrado de formação que contemplasse de maneira harmoniosa os saberes produzidos na universidade e os saberes construídos pela reflexão e a pesquisa diretamente desenvolvidas sobre o trabalho das instituições escolares.

Enfatiza-se que a mudança da educação está relacionada à formação do professor e à inovação de suas práticas pedagógicas, principalmente na sala de aula, além de estar também, associada aos projetos educativos da escola. A formação de professores envolve três aspectos gerais: conhecimento (formal) para a prática (o professor sabe para ele); conhecimento (tácito/experimental) em prática (na prática como é e está articulada a teoria); conhecimento da prática Político (amplo), Sociólogo (comunidade), Intelectual (sala de aula) (Gatti, 2019).

Considerando as necessidades formativas em nossa sociedade atual, como a escola e os professores têm procurado suprir tais necessidades, ora nos cursos de formação continuada, ora nos cursos de formação inicial. É preciso refletir sobre as possibilidades da formação dos professores em conseguir formar profissionais da aprendizagem capazes de atender as demandas da sociedade atual.

2.1 A FORMAÇÃO CONTINUADA E SUA IMPORTÂNCIA PARA A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

A formação inicial, apesar de ser um momento fundamental para o desenvolvimento profissional, não é suficiente para atender às exigências do cotidiano escolar. A formação continuada surge como um meio de atualização constante, permitindo ao professor refletir sobre sua prática e buscar estratégias pedagógicas mais adequadas. Tardif (2014) afirma que os saberes docentes são construídos ao longo de toda a carreira, sendo a formação continuada uma oportunidade para fortalecer os conhecimentos pedagógicos e específicos das áreas de atuação.

Falando do que seria a formação continuada de professores, se tratando de um processo educativo, por muito tempo, ela tem sido como o aperfeiçoamento, treinamento, capacitação, reciclagem, educação permanente e educação continuada. No entanto, nos dias atuais se faz importante rever esses termos tão presentes no discurso cotidiano dos professores e dos demais níveis de administração da educação.

Conforme Gatti (2019), a formação continuada é uma necessidade cada vez mais apontada e sentida por todos. Esta ainda é oferecida em moldes que guardam muitas semelhanças com a formação

inicial. É realizada por ofertas de cursos, de forma a definir previamente conteúdos, sem levar em conta situações problemáticas, dificuldades de os professores desenvolverem-se profissionalmente. Os sistemas educacionais estruturados pela oferta do ensino básico, trabalham em esquema de oferecimentos de cursos em blocos e não investem no levantamento sistemático de situações problemáticas para a definição de estratégias e de ações de formação.

Nesta concepção, a formação continuada de professores, deve incentivar a apropriação dos saberes pelos professores, rumo à autonomia, e levar a uma prática crítico-reflexiva, abrangendo a vida cotidiana da escola e os saberes derivados da experiência docente. Destaca-se ainda que a formação continuada é condição fundamental para a releitura das experiências e das aprendizagens. Uma integração ao cotidiano dos professores e das escolas, considerando a escola como local da ação, o currículo como espaço de intervenção e o ensino como tarefa essencial.

Nesta direção, é preciso defender um processo de formação de professores em que as escolas sejam concebidas como uma instituição essencial para o desenvolvimento de uma democracia crítica e também para a defesa dos professores como intelectuais que combinam a reflexão e a prática, a serviço da educação dos estudantes para que sejam cidadãos reflexivos e ativos (Giroux, 1997).

Além disso, a formação continuada está diretamente relacionada aos resultados educacionais. Estudos como o de Nóvoa (2017) indicam que professores que participam regularmente de programas de desenvolvimento profissional demonstram maior capacidade de adaptação às inovações curriculares e tecnológicas.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Nas últimas décadas, diversas políticas públicas foram implementadas com o objetivo de promover a formação continuada dos docentes da rede pública. Programas como o PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa) e a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) têm promovido ações formativas em larga escala, visando atualizar os professores em relação às novas diretrizes e metodologias de ensino.

Em 2014, durante o governo Dilma Rousseff, foi aprovada a Lei nº 13.005/2014, criando o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), que totaliza 10 diretrizes, 20 metas com estratégias, com estrutura bem diferente do plano anterior. Das 20 metas, as de números 14, 15, 16, 17 e 18 referem-se à valorização dos profissionais da educação, sendo consideradas estratégicas para que as demais metas sejam atingidas. Em relação à formação continuada, a “[...] formação inicial e/ou continuada é mencionada em várias metas do PNE, muitas vezes de forma secundária, relacionada com a meta em uma das estratégias para designar uma necessidade de formação específica” (Hypolito, 2015, p.522).

Uma das ações institucionalizadas no trato da formação continuada é a Política Nacional de formação de professores, instituída pelo Decreto nº 8.752/2016, que tem como uma de suas dimensões a formação continuada criada após Michel Temer ter assumido a presidência. No tocante à formação continuada, contempla regulação e pesquisa e informação. Suas linhas de ação são: Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Alfabetização; Educação Infantil; Novo Ensino Médio; Tecnologia e Inovação; Educação em Direitos Humanos e Diversidade; Educação Ambiental; e Formação de Gestores. São propostos Mestrados Profissionais, Cursos de Especialização, com cooperação internacional, por meio da criação de um Comitê Gestor composto pelo MEC, Consed, Undime e pelas instituições formadoras.

Também existem alguns programas que estão sendo realizados, e constam no site⁴ da Capes (Brasil, 2019). Vale ressaltar que apenas em 26 de outubro de 2020 foi homologado o Parecer nº 14/2020, instituindo as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada)”, dando à formação continuada papel de complementaridade da formação inicial, e não de articulação. Ademais, o documento não leva em consideração as necessidades formativas dos sujeitos e está atrelado à implantação da BNCC.

Entretanto, segundo Oliveira e Lopes (2021), ainda existem lacunas entre o que as políticas propõem e o que de fato é implementado nas escolas. Muitos professores relatam falta de tempo, infraestrutura inadequada e formação com caráter excessivamente teórico, sem conexão direta com a prática pedagógica.

Fanizzi e Santos (2017), ao investigarem a política pública voltada à formação continuada de professores dos anos iniciais em Matemática na Secretaria Municipal de São Paulo entre 2005 e 2012, constataram que, apesar de existir a política, há grande descompasso entre as diretrizes oficiais e a apropriação prática dos professores, evidenciando descon continuidades entre o planejamento e a efetividade da ação formativa

4 DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Entre os principais desafios enfrentados pelos professores da rede pública, destaca-se a sobrecarga de trabalho, que muitas vezes impede a participação efetiva nas atividades de formação. Além disso, a carência de recursos e a falta de apoio institucional comprometem a efetividade dos programas ofertados.

Outro fator apontado por Lima e Souza (2020) é a pouca valorização da formação continuada como política de Estado. Muitos programas são descontínuos e dependentes de interesses políticos momentâneos, dificultando a construção de uma cultura de formação permanente nas escolas.

Para que a formação continuada alcance seus objetivos, é fundamental que as ações sejam planejadas de forma participativa, considerando as demandas reais dos professores e do contexto escolar. A promoção de formações em serviço, o incentivo à criação de comunidades de aprendizagem e o uso de tecnologias educacionais são algumas alternativas que podem tornar o processo mais dinâmico e significativo.

Além disso, investir na valorização profissional e criar políticas de incentivo à formação são passos importantes para fortalecer a identidade docente e melhorar os índices de qualidade da educação pública.

Segundo Bernardes, Silva e Ditomaso (2023), a formação continuada enfrenta obstáculos tanto internos quanto externos, como jornadas de trabalho extensas, falta de valorização salarial e ausência de oferta institucional consistente pela Secretaria de Educação, dificultando a efetiva participação dos docentes.

Galindo e Inforsato (2020) apontam para um paradoxo: embora a formação continuada seja amplamente reconhecida como estratégia de aprimoramento docente, muitas ações não promovem mudanças significativas nas práticas pedagógicas, falhando em alterar concepções e metodologias de ensino de forma duradoura. França e Battini (2016) destacam a desconexão entre as propostas formativas (geralmente técnicas e desvinculadas da realidade escolar) e a prática do professor, observando que iniciativas muitas vezes replicam conteúdos teóricos “prontos”, sem considerar o contexto e os sujeitos da escola.

Mattia e Maquêa (2018) acrescentam que os rápidos avanços tecnológicos impõem desafios à identidade docente, exigindo que o professor não apenas conheça, mas também saiba integrar criticamente as tecnologias nas práticas pedagógicas, o que demanda formações mais reflexivas e contextuais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desse estudo percebeu-se que a formação continuada de professores da rede pública é um desafio complexo, mas fundamental para a construção de uma educação de qualidade. Garantir condições adequadas para que os professores possam participar de formações relevantes, conectadas à sua realidade, é um compromisso que deve ser assumido por gestores, políticas públicas e pela sociedade em geral.

Nesse sentido, superar as dificuldades estruturais e valorizar o desenvolvimento profissional dos professores são caminhos necessários para transformar a educação pública em um espaço de aprendizagem mais efetivo e humanizador. Também é essencial que as políticas públicas de formação continuada sejam planejadas de forma participativa, envolvendo os próprios professores no diagnóstico das suas necessidades formativas.

Destaca-se que quando os programas são criados sem diálogo com a realidade escolar, existe o risco de que se tornem iniciativas pouco efetivas, distantes das demandas pedagógicas e das especificidades regionais. A valorização da escuta docente e a integração entre universidades, secretarias de educação e escolas são estratégias essenciais para garantir que os cursos e oficinas tenham real aplicabilidade no cotidiano escolar.

Por fim, enfatiza-se que de maneira contínua na formação dos professores da rede pública é uma ação que reflete diretamente no processo de ensino-aprendizagem e nos índices de qualidade da educação. Portanto, é indispensável que se busque superar os desafios estruturais, garantir financiamento adequado e fortalecer a valorização profissional, para que assim se possa construir uma política de formação continuada mais democrática, crítica e emancipadora.

REFERÊNCIAS

- CASAGRANDE, L. F. Políticas públicas de formação continuada de professores: a experiência do Paraná e do Rio Grande do Sul. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 55, p. 29-47, 2015.
- CHAGAS, M. A. F. et al. Formação continuada de professores no Estado do Amazonas: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 40, n. 1, p. 91-108, 2024.
- FANIZZI, F.; SANTOS, L. R. A formação continuada de professores da rede municipal de São Paulo: políticas e desafios. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 33, n. 2, p. 305-322, 2017.
- FRANÇA, R. M.; BATTINI, I. S. Formação continuada de professores: um olhar crítico sobre a desconexão entre teoria e prática. **Revista Práxis Educacional**, v. 12, n. 22, p. 152-168, 2016.
- GATTI, B. A. **Formação de professores**: condições de trabalho, carreira e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2019.
- GALINDO, E.; INFORSATO, E. Políticas de formação continuada e práticas pedagógicas: aproximações e distanciamentos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, p. 1-21, 2020.
- LIMA, C. F.; SOUZA, M. R. Políticas de formação continuada de professores: desafios e perspectivas. **Educação em Foco**, v. 25, n. 1, p. 55-68, 2020.
- MATTIA, A. L.; MAQUÊA, R. M. As tecnologias da informação e comunicação na formação continuada de professores: desafios e possibilidades. **Revista Educação e Fronteiras**, v. 8, n. 24, p. 35-50, 2018.
- NÓVOA, A. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2017.
- OLIVEIRA, S. P.; LOPES, J. M. Formação continuada de professores: limites e possibilidades no contexto da educação pública. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, p. 1-18, 2021.
- TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2014.